

Nós, do RN...

Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte Ano I - Nº 12- Novembro de 2005



O APÓSTOLO E O MECENAS



Apresentação

Um breve histórico

Rubens Lemos Filho

Mal dá para acreditar que a iniciativa de lançar o suplemento cultural do *Diário Oficial "nós, do RN"*, ficou um ano para trás. O espraiair da vida e as circunstâncias do trabalho profissional fazem o tempo passar em câmera lenta e, quando nos damos conta, acordamos para a realidade. E o caráter desta realidade é a conquista de um objetivo, no nosso caso, a distribuição da cultura norte-riograndense encartada no *Diário Oficial* do Estado.

De forma translúcida e variada, este trabalho do Departamento Estadual de Imprensa - DEI e da Assessoria de Comunicação Social, leva às escolas e bibliotecas do Rio Grande do Norte uma epítome das manifestações culturais, o perfil de personalidades históricas e o nosso rico folclore.

É por aí que se revela o reconhecimento da sociedade

norte-riograndense ao vigor da política cultural desenhada pela Excelentíssima Senhora Governadora Wilma Maria de Faria, deliberadamente voltada para prestigiar a terra e o povo.

Advém também deste projeto abrangente a calorosa resposta obtida pelo exemplar que reportou a intelectualidade do País de Mossoró, na edição lançada especialmente na I Feira de Livros da capital do Oeste.

Neste número, emolduramos os traços humanos de dois heróis, Alberto Maranhão e Padre João Maria. Um, político, o pioneiro multifacetado das artes e da ciência; e o outro, sacerdote católico, santificado pela observância dos princípios humanistas e cristãos. Ambos, dignificantes exemplos de unidade espiritual, coerência e dignidade.

Editorial

Soprando a velinha do bolo

Miranda Sá

Completando um ano de existência, o suplemento cultural do *Diário Oficial, "nós, do RN"*, já ocupa um lugar de honra nos meios intelectuais do Rio Grande do Norte, divulgando com originalidade os valores espirituais da Nação Potiguar.

Em nossa avaliação, a saga percorrida por este encarte especial do D.O., manteve o charme inicial do suplemento e o entusiasmo dos jornalistas e gráficos seus responsáveis, tornando-se motivo de orgulho dos dirigentes e servidores do Departamento Estadual de Imprensa - DEI.

Como produto qualificado

da Imprensa Oficial, *"nós, do RN"* leva aos quatro cantos do Brasil a capacidade criadora e o desempenho produtivo da nossa gente nos diversos estágios espaciais e temporais, registrando-os, sem a pretensão de ser um produto final da História.

Estamos comemorando o primeiro aniversário deste suplemento participando das comemorações do Centenário da Morte do Padre João Maria, promovidas pelo Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza, da Fundação José Augusto.

Esta edição pretende fazer a simbiose das artes gráficas, da imagem e do texto com a crença

popular, documentando a preciosa vida do sacerdote avançado para a sua época, como jornalista combativo e agitador social. Espelhamos, também, a projeção do humanista despido de vaidades, do amor pelo próximo e da solidariedade presente na missão sacerdotal.

Realçando e aprofundando a pesquisa histórica, este trabalho tentará elucidar os motivos transcendentais do padre João Maria ser eleito santo pelo povo norte-riograndense, antes mesmo de concluído o processo canônico de sua beatificação.

Correspondências

Senhor Editor-Geral

É impressionante a vitalidade cultural de Mossoró, de fundas raízes históricas, como revelado na excelente edição de número 11/outubro de 2005 de *"nós do RN"*, que mostra também a precedência da cidade em aspectos do campo político, como seu pioneirismo no exercício do direito de voto pelas mulheres, e o destemor do

povo mossoroense na resistência e na imposição de derrota a Lampião.

Quero felicitá-lo pelo seu emocionado perfil póstumo do jornalista e escritor Dorian Jorge Freire, assim como Anchieta Fernandes pela reportagem sobre e com Vingt-un Rosado, a Tácito Costa pela reportagem sobre Raibrito, a Carlos de Souza, a Paulo Jorge Dumaresq, a Carlos Morais,

a Carla Xavier; enfim, felicitá-la a todos os que fizeram uma edição que deve encher de orgulho Mossoró e sua gente. Parabéns!

Com as expressões do meu justificado apreço, firmo-me

Cordialmente

Maurício Azêdo
Presidente da ABI



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

WILMA MARIA DE FARIA
GOVERNADORA DO ESTADO:

CARLOS ALBERTO DE FARIA
GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO

RUBENS MANOEL LEMOS FILHO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



D.E. I.

RUBENS MANOEL LEMOS FILHO
DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO

HENRIQUE MIRANDA SÁ NETO
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO
E EDITORAÇÃO

JURACIR BATISTA DE OLIVEIRA
SUBCOORDENADOR DE FINANÇAS

EDUARDO DE SOUZA PINTO FREIRE
SUBCOORDENADOR DE INFORMÁTICA

nós, do RN

editor-geral
MIRANDA SÁ

chefe de redação
MOURA NETO

equipe redacional
PAULO DUMARESQ - REPORTAGEM
ANCHIETA FERNANDES - PESQUISA
JOÃO MARIA ALVES - FOTOGRAFIA

diagramação e arte final
EDENILDO SIMÕES
ALEXANDRO TAVARES DE MELO

Programação Visual
EMANOEL AMARAL
ALEXANDRO TAVARES DE MELO

Capa
EMANOEL AMARAL

Colaboradores
CARLOS MORAIS
CARLA XAVIER
EDSON BENIGNO
CARLOS DE SOUZA
JOÃO RICARDO CORREIA

Coordenação Gráfica
WILLIAMS LAURENTINO
VALMIR ARAÚJO



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA
AV. CÂMARA CASCUDO, 355 - RIBEIRA - NATAL/RN
CEP.: 59025-280 - TEL.: (084) 3232-6793
SITE: www.dei.rn.gov.br - e-mail: dei@rn.gov.br



Padre João Maria: o anjo caridoso com os pobres, atendendo a todos sem distinção



Alberto Maranhão: duas vezes governador

Eles fizeram e ficaram na História

Moura Neto

Um tinha a aparência de sertanejo. Pele morena, sempre queimada do sol pelas caminhadas que empreendia em nome de qualquer pessoa que precisasse de sua ajuda - um infeliz, um doente, um moribundo. Andava de batina preta, tinha olhos vivos e penetrantes, segundo registraram os cronistas de sua época, testemunhas também de sua inestimável obra de caridade em favor dos aflitos. Sorria pouco, mas tinha bom humor. Gostava de fazer trocadilhos com as palavras. De família humilde, era extremamente simples e afetuoso.

O outro pertencia a uma das oligarquias mais poderosas do Rio Grande do Norte. Alto, forte, másculo, de bonita cabeleira, trajava costumadamente um

fraque. "Possuía, dentro de si, o encanto lírico de uma poesia que sempre se firmou como característica do seu caráter privilegiado", afirmou Paulo Viveiro, autor de "Um governo, um homem". Concluiu o curso de Direito no Recife e já no ano de sua formatura assumia um cargo importante no governo de seu irmão. Foi secretário de Estado, Procurador Geral do Estado e diretor do jornal "A República" antes de ser eleito, ele mesmo, governador do Estado para dois mandatos.

Quando o primeiro faleceu, em 1905, o segundo ocupava uma cadeira de deputado federal, tendo já exercido o primeiro mandato de governador. Ambos foram populares no seu tempo, arregimentando seguidores no seu

campo de atuação. Cem anos depois da morte de um e sessenta e um da do outro, eles continuam em evidência entre seus conterrâneos norte-riograndenses.

Padre João Maria, cujo centenário de morte ora é comemorado, não foi apenas o anjo caridoso com os pobres. Foi o fundador da imprensa católica, trincheira na qual defendeu também os ideais abolicionistas. A ele foi consagrada a cadeira de patrono nº 11 da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Seu irmão caçula, Amaro Cavalcanti, jurista, ministro do Supremo Tribunal Federal e político, também tem uma cadeira no mesmo colegiado, a de nº 12.

O traslado dos restos mortais de

Alberto Maranhão para o Rio Grande do Norte, no mês passado, ensejou a realização de uma cerimônia que mobilizou não apenas os principais expoentes da administração pública, mas também os baluartes da cultura local. O cortejo que desaguou no velho teatro da Ribeira, onde agora jaz seu construtor, fez lembrar a todos que ali estava sendo homenageado alguém cujo sobrenome imprimiu sua marca na história da sociedade nordestina e, particularmente, do Rio Grande do Norte, desde o início da colonização portuguesa.

Eles fizeram e ficaram na História do Rio Grande do Norte. Cada um a seu modo, cada qual do seu jeito.

Sacerdote, médico e assistente social

Com anos depois de sua morte, a popularidade é tão grande quanto a que tinha na Natal do final do século 19 e início do 20. Nascido em 23 de junho de 1848, na zona rural de Caicó, numa localidade que hoje pertence ao município de Jardim de Piranhas, a figura do padre João Maria continua alimentando a fé das novas gerações de devotos. Para uns, é um mito; para outros, santo. Para todos, um exemplo de vida.

Residiu em Natal durante 24 anos, tempo suficiente para se tornar uma das personalidades mais admiradas do seu tempo. Seu velório reuniu cerca de 5.000 pessoas, mais da metade da população da cidade. No cortejo até o cemitério do Alecrim, onde foi sepultado, estavam presentes desde o governador Augusto Tavares de Lira até o pastor protestante.

Não era apenas sacerdote. Era médico e assistente social dos necessitados, a quem sempre atendia com presteza e solicitude. Percorria a pé ou montado num jumento os bairros mais pobres de Natal, transmitindo mensagens de esperança aos miseráveis, levando aos doentes medicamentos homeopáticos preparados por ele mesmo ou prestando conforto espiritual aos moribundos, a quem era comum, naquela época, conceder extrema unção na hora final. Tinha um lema, que cumpria a risca: "Ser tudo para todos".

Seu pai, Amaro Cavalcanti, era professor primário e lhe ensinou as primeiras letras. Sua mãe, Ana de Barros Cavalcanti, gerou mais quatro filhos, além dele, que era o mais velho: Militana, Ana, Josefina e Amaro Cavalcanti. Este último, o caçula, tornou-se renomado jurista, chegando a ocupar os Ministérios da Justiça e da Fazenda. Foi, também, seu protetor, enviando-lhe mesada que era, quase sempre, repassada aos pobres.

Padre João Maria nasceu na fazenda Logradouro, no Seridó, onde desde cedo, acompanhou o drama das vítimas da estiagem que ainda hoje assola a região. Cresceu em ambiente católico, o que contribuiu para lhe despertar a vocação religiosa. Oriundo de família pobre, mas respeitada na vizinhança, contou com a ajuda financeira de fazendeiros amigos para custear seus estudos no Seminário de Olinda (PE), para onde viajou a cavalo aos 13 anos, acompanhado do pai, para fazer o curso eclesiástico. Na pouca bagagem, levava uma carta de apresentação do vigário de Caicó, padre Francisco Rafael Fernandes.

Virtuoso, não tardou a conquistar a admiração de colegas e professores. O último ano de teologia foi cursado no Seminário de Prainha, em Fortaleza, cidade na qual seu irmão morava e já gozava de prestígio. Padre João Maria ordenou-se aos 23 anos, rezando sua primeira missa no domingo dia 10 de agosto de 1871, em Caicó, onde ficou trabalhando como auxiliar do vigário. Depois foi vigário em Jardim de Piranhas, Santa Luzia do Sabugi (PB), Acari, Papari (hoje Nísia Floresta) e, por fim, Natal, onde tomou posse da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação em 7 de agosto de 1881, substituindo o padre José Hermínio.



Igreja Nossa Senhora de Lourdes, erguida no mesmo local onde Padre João Maria faleceu

Bondoso, era chamado de João de Deus

Sua fama já era conhecida de todos quando chegou a Natal, principalmente pela obra de caridade que realizou em Papari, numa época em que levas de flagelados abandonaram suas terras em busca de trabalho e comida na cidade, fugindo de uma grande seca, e muitos só encontraram, isto sim, acolhida na sua paróquia. O padre que atendia a todos, sem distinção, começou a ser chamado de João de Deus. Improvisou palhoças para abrigar os flagelados, a quem dava de comer com o que recebia da população.

Também ministrava medicação natural para os enfermos e cuidava das crianças. Tinha uma preocupação especial com a higiene destas pessoas, orientando sobre os modos de como prevenir as doenças. Seu prestígio levou o governo a enviar roupa, dinheiro e comida para suprir as necessidades do seu rebanho desgarrado.

Foi na capital, porém, que seu trabalho ganhou mais visibilidade. Residiu na esquina da praça que hoje tem seu nome e uma estátua erigida em sua homenagem, onde muitos ainda se curvam para suplicar por socorro e agradecer bênçãos alcançadas. Também ali, quando ainda vivia, era destino de romaria dos infelizes que o procuravam para pedir consolo material ou espiritual. Padre João Maria costumava ceder seu próprio almoço para quem estava com fome, sua própria rede para quem não tinha onde dormir, conforme cita monsenhor Eymard L'E. Monteiro, autor do livro *Esboço Biográfico do Pe. João Maria*, publicado em 1979.

O dia, para ele, começava com o raiar do sol. Às cinco da manhã, celebrava missa. Depois atendia no confessionário. O resto do dia, da noite e durante a madrugada dedicava ao trabalho de assistência. Empenhou-se na construção de uma nova Catedral, na Praça Pio X, que não conseguiu concluir. Aos domingos, tomava à frente de procissões, até a Praia do Meio, onde ele e cada um dos fiéis traziam nos braços as pedras que seriam usadas na obra da igreja.

Ao redobrar esforços para atender as vítimas de uma peste de varíola que se propagou na cidade, em 1905, começou a demonstrar, ele mesmo, os primeiros sinais de debilidade orgânica. Provavelmente resultado das noites mal dormidas, passadas em claro nos casebres onde velava pelos doentes. O médico diagnosticou diabetes, em estado avançado. Por recomendação médica, teve que procurar clima sadio e puro para ajudar no tratamento, sendo removido, por isso, para um sítio de propriedade da família Moreira Brandão, no Alto Juruá, hoje Petrópolis.

Foi ali que ele viveu seus últimos dias. Foi para lá que o povo acorreu para rezar pelo seu restabelecimento. Às 8 horas do dia 16 de outubro daquele ano, aos 57 anos, padre João Maria faleceu na casa onde posteriormente foi erguida, em sua homenagem, a Igreja Nossa Senhora de Lourdes. Seu exemplo de vida, de dedicação e amor ao próximo, no entanto, não desapareceu com ele. Ficou gravado na memória da cidade. E do Rio Grande do Norte. (MN)

A vida do Padre João Maria (1848-1905) sempre se caracterizou pelo enfrentamento de desafios. Na condição de homem da imprensa católica não foi diferente. Seguindo orientação do Papa Leão XIII, que em 1891 divulgou a *Encíclica Rerum Novarum*, chamando a atenção da Igreja e do mundo para a situação de penúria que vivia o lumpem-proletariado e recomendando aos católicos a prática da difusão dos ensinamentos cristãos, por intermédio da imprensa, o 'santo de Natal' funda em 8 de setembro de 1897 o primeiro periódico católico do Rio Grande do Norte.

Intitulado "Oito de Setembro - Periódico Religioso e Popular", o jornal ganha as ruas no dia da Natividade de Nossa Senhora, sendo o seu nome uma homenagem a este dia e tendo como máxima a frase do Evangelho de São Mateus: *Adveniat regnum tuum*. Circula inicialmente no 1º e no 16º dia de cada mês, com oito páginas, passando depois a ser veiculado semanalmente com quatro páginas. O jornal é mantido por contribuições e pelo pagamento de assinaturas. Seus primeiros números são impressos na Tipografia Central, localizada na esquina da rua da Estrela (hoje, José de Alencar) com a rua dos Preguiçosos (atual Professor Zuza), na Cidade Alta.

Consta ainda que o tipógrafo Antônio Lustoza Cabral, chefe das oficinas de "A República", jornal oficial do Estado, convidou os artistas gráficos Diógenes Pinheiro, Joaquim Rodrigues e João Estevão para a composição do "Oito de Setembro". Da redação participam os jovens intelectuais católicos Rafael Garcia, Gotardo Neto, João Soares de Araújo e Vicente de Souza. Também merece destaque a poetisa Auta de Souza.

No editorial do primeiro número, o Padre João Maria expõe os objetivos do jornal e convida os fiéis a participarem do mesmo, numa antecipação da ação dos leigos na pastoral da Igreja. O escritor Veríssimo de Melo, no livro *Patronos e Acadêmicos da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*, transcreve este editorial. O parágrafo inicial é revelador: "O Oito de Setembro, pois está às vossas portas; estendei-lhe mãos protetoras; ele mui legitimamente vos pertence; sua causa é de todos os Filhos da Santa Igreja".

Durante oito anos o vigário João Maria mantém o jornal em circulação. Um mês depois do seu falecimento é editada em Natal uma poliantéia (coleção de escritos em homenagem a um homem ilustre ou em comemoração de acontecimento célebre) de onze páginas.

Com o falecimento do seu diretor, o "Oito de Setembro" passa a circular sob a direção de seu substituto, Cônego Severiano Figueiredo; daí por diante registra na sua apresentação, o subtítulo *Órgão Fundado pelo Padre João Maria*. Esta publicação é mantida até dezembro de 1907. É importante destacar que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte abriga a coleção completa do "Oito de Setembro".

Devoto da pobreza e da imprensa

Reprodução



Além de visitar os necessitados, Padre João Maria fundou a *Imprensa Católica*

Legado para a posteridade

Inspirada nos ensinamentos do Padre João Maria, a imprensa católica só veio a ter outro órgão de divulgação em julho de 1921, sob a responsabilidade da Congregação Mariana de Moços. Nesta época, Natal já era Diocese independente da Paraíba e estava sob a administração do seu segundo bispo, Dom Antônio Cabral, incentivador da participação dos jovens no trabalho da Igreja. Com o apoio do Bispo, os jovens marianos criam o jornal "A Palavra". São responsáveis pelo seu funcionamento Lauro Wanderley (diretor) e Ulisses de Góis e Perceval Caldas (redatores).

Em 1924, tendo como bispo de Natal, Dom José Pereira Alves, é criado o Centro de Imprensa Católica, que edita e faz circular o terceiro jornal, "Diário de Natal". Conforme o professor aposentado de Sociologia e Ciência Política da UFRN, Jardelino de Lucena, "era uma folha matutina e diária" dirigida por Antônio Soares, gerenciada pelo padre João da Matha Paiva e redigida por Alberto Roseli e José Ferreira de Souza. No editorial de seu primeiro número, do dia 19 de outubro, consta a seguinte referência ao Padre João Maria: "E nesta alvorada triunfal em que damos o primeiro passo para o porvir, não é, sem emoção que, nós beijamos a pedra álgida do túmulo de João Maria, primeiro apóstolo da imprensa católica de nossa terra". O "Diário de Natal" circula até o ano de 1930.

No dia 14 de julho de 1935, em comemoração aos dezessete anos da Congregação Mariana, passa a circular "A Ordem", de propriedade do Centro de Imprensa. Era um jornal de 16 páginas, em tamanho grande e composto

na então moderna máquina linotipo. Segundo informa Jardelino de Lucena, a folha circulava diariamente e tinha como principais características a informação, a polêmica e a doutrinação. Mantém-se em funcionamento até 1953.

Para homenagear o Padre João Maria, na data de seu falecimento, o devoto José Carlos Vasconcelos, imprime em 1960 um tablóide anual, intitulado "16 de Outubro". O segundo número desta publicação sai em 16 de outubro de 1961, contando com a colaboração de Monsenhor Landim, Monsenhor Walfredo Gurgel, Antônio Fagundes, e com poesias de Dom Marcolino Dantas, Damasceno Bezerra e Ricardo da Cruz.

Em 1959, o jornal "A Ordem" volta a circular, por iniciativa do bispo auxiliar de Natal, Dom Eugênio de Araújo Sales, responsável pela reativação do Centro de Imprensa. Dom Eugênio adquiriu novas impressoras e transferiu as antigas máquinas das oficinas da Ribeira para a Praça Pio X, na Cidade Alta. Com salas recém-construídas no mesmo local, onde sessenta anos atrás o Padre João Maria tinha começado a construir a nova matriz da cidade, monta parque gráfico para editar o moderno jornal. Em sua segunda fase, "A Ordem" circula aos sábados pela manhã, com oito páginas. Classifica-se como "órgão independente e noticioso - pela verdade com a caridade".

O último órgão de orientação católica editado em Natal é "A Verdade", publicação mensal de responsabilidade da Fundação Cultural Padre João Maria, criada por Ulisses de Góis, o mesmo que participou do jornal "A Palavra" e da instalação do Centro de Imprensa, responsável por "A Ordem" nas suas duas fases. "A Verdade" sustenta-se com êxito de 1989 a 2004. (PJD)

No Jardim do padre, as ruínas da casa onde nasceu

Edson Benigno e Anchieta Fernandes

Nossa missão era rastrear a presença do padre João Maria em sua terra natal. Intuíamos que possivelmente existiam ainda restos das paredes da casa onde o santo sacerdote nasceu, porque um funcionário do DEI, que também nos acompanhou a Jardim de Piranhas, Arnaldo Andrade de Carvalho, soubera da existência delas, tempos atrás, quando atuou como árbitro de futebol em partidas naquela cidade.

Chegamos a Jardim de Piranhas e procuramos uma funcionária da Prefeitura Municipal (em cuja área de entrada existe um busto do irmão jurista do padre, Amaro Cavalcante - já que ele é o patrono do prédio da prefeitura -, e que foi inaugurado naquela área a 23 de dezembro de 1998, por ocasião do cinquentenário do município), Suely, que imediatamente convocou o sacristão da paróquia (a padroeira de Jardim de Piranhas é Nossa Senhora dos Aflitos) a comparecer à prefeitura.

Conhecido pela alcunha de Neto Sacristão, cujo nome verdadeiro é Manoel Germano de Araújo, é um patrimônio da paróquia. Há 27 anos que exerce o seu ofício junto aos vários párocos, atendendo os fiéis com uma simpatia a toda prova - como soubemos e comprovamos. Nunca o afastaram do cargo, porque tem uma receita de vida dividida em quatro itens: 1) Deus no coração; 2) fé; 3) paciência; e 4) amor pelo trabalho.

Neto Sacristão realmente nos levou às ruínas da casa do padre, que ainda permanecem junto ao açude



Os tijolos da casa onde João Maria nasceu no município de Jardim de Piranhas



Fachada da casa onde o Padre João Maria morou em Jardim de Piranhas: lembrança que o povo perpetua

na fazenda Três Riachos, nome que substituiu o antigo Logradouro, fazenda então pertencente ao município de Vila Nova do Príncipe (nome depois mudado para Caicó), já que Jardim de Piranhas, na data do nascimento do padre João Maria (1848), pertencia à referida Vila Nova do Príncipe.

Para se chegar às ruínas, tivemos que deixar o carro na sombra da casa da fazenda Três Riachos, e fazer uma boa caminhada ao sol, entre a galharia e a terra seca do sertão. Mas ficamos recompensados, porque

tivemos o privilégio de tocar em tijolos da moradia que abrigou o corpo recém-nascido do futuro vigário da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, de Natal.

Além das ruínas, conhecemos outros lugares marcantes da história do padre João Maria em Jardim de Piranhas. O seu busto, inaugurado na Praça Padre João Maria, em 1955, por ocasião do cinquentenário do seu falecimento. A casa em que ele morou na cidade, quando criança. A rua Padre João Maria. O Centro Social e Pastoral Padre João Maria.

Revista & notícia

Conhecemos a "Revista Jardim em Festa" (que tem website na Internet: www.jardimemfesta.com), órgão oficial da festa da padroeira de Jardim de Piranhas, lançada em setembro, tão bonita graficamente quanto informativa graças à competência de um editor, Geovane Pereira de Araújo. E captamos a repercussão da homenagem que relembrou os cem anos de falecimento

do padre João Maria, na praça com o seu nome em Jardim de Piranhas, ocorrida no dia 16 de outubro, com missa celebrada pelo padre Francisco de Assis Dantas de Lucena, administrador paroquial, além de uma conferência biográfica pronunciada por Ubiratan Queiroz, da qual nos foi gentilmente cedida uma cópia pelo professor Gutenberg Dantas de Queiroz - Gute (do Centro de Educação Professora Maria Norma Alves), licen-

ciado bacharel em História e licenciado em Matemática pela UFRN.

Gutenberg também acrescenta que a casa que padre João Maria morou, quando criança, foi a primeira escola de Jardim de Piranhas, e teve seu pai, Amaro Soares de Brito, como o primeiro professor a lecionar na cidade.

O local onde estão hoje as ruínas da casa onde nasceu o padre João Maria poderia ser aproveitado para um investimento cultural e religioso.

Sugerimos que ali seja construída uma "Casa do Padre João Maria", onde o povo católico jardinese pudesse cultivar sua fé no santo filho da cidade. Uma espécie de pequeno museu, onde o turista encontrasse material (documentos, fotos) sobre a memória do padre. Ter-se-ia ali, num município que já é Jardim, um jardimzinho onde o povo sentisse a aura de santidade deste nome: Padre João Maria Cavalcante de Brito.



Seminário realizado pela Fundação José Augusto reuniu os maiores estudiosos da figura do santo sacerdote potiguar

O religioso na literatura potiguar

Carlos Souza

O mundo acadêmico e religioso reservou o dia 27 de outubro, no Palácio da Cultura, para dedicar toda a sua atenção ao santo natalense, padre João Maria. O encontro intitulado Bom Dia Padre João Maria reuniu professores, intelectuais, estudantes e religiosos. A parte da manhã foi dedicada aos estudos acadêmicos sobre o padre e se revezaram na mesa, os professores Irene de Araújo van dem Berg, da UFRN; Rodson Ricardo do Nascimento, da UERN; o pesquisador Cláudio Galvão; o poeta Paulo de Tarso Correia de Melo, da ANL e Indira Rosado, que fez uma comunicação.

A parte da tarde foi reservada para a poesia, literatura e história potiguar na vida do padre João Maria. O escritor Tarcísio Gurgel, que não pôde participar do encontro, enviou representantes para falar do padre João Maria na poesia de Segundo Wanderley, Ivo Filho, Francisco Palma, Gotardo Neto, Carolina Wanderley, Damasceno Bezerra, Jorge Fernandes, Palmira Wanderley. Segundo Tarcísio Gurgel, esta "é uma produção que se me permitem a redundância, tipicamente secundina, a começar da grave invocação às musas para que seja feito o elogio fúnebre".

*Musa do luto, musa da tristeza,
Toma o saltério roxo da saudade,
Vamos cantar o Sol da caridade.
Vamos carpir o Anjo da pobreza.*

Em seguida, Tarcísio Gurgel comenta os poemas Uma Lágrima e Sublime Ocaso, da autoria dos poetas Ivo Filho e Francisco Palma, que lamentam o falecimento do padre João Maria. Segundo ele, o primeiro e o segundo poema "são bem aparentados na proposta lírica: os dois quartetos de cada um enfocam diretamente, e em tom de forte dramaticidade, o ocorrido. Não se invoca a musa. Deplora-se diretamente o triste ocorrido. Porém, detalhe no

mínimo curioso, Ivo Filho parece querer transmitir a idéia de uma dor contida e, ao invés de investir na tradição dos fiéis potiguares que tinham o sacerdote na condição de um quase-santo, opta por fazer alusões a um tipo de ceticismo que frequentou a poética de alguns dos nossos românticos (...)".

Tarcísio Gurgel destaca o gosto da época pelos lugares-comuns, como "empíreo augusto" ou "fatal tristeza", recursos que empobrecem a linguagem poética. Mas se regozija com o poema À Memória de um Justo, de Gotardo Neto, que "busca descrever com isenção e justeza a figura samaritana de João Maria". Para ele, "todo o poema prima pelo equilíbrio - em alguns momentos até insinuando um certo distanciamento - como se, buscando racionalizar o seu sentimento, o eu-lírico descrevesse o ocorrido, preocupando-se em conter a tristeza, admiração e a emoção causadas pelo desenlace".

Quanto aos poemas de Carolina Wanderley e Damasceno Bezerra, receberam análise idêntica aos poemas de Ivo Filho e Francisco Palma. A influência do parnasiano Segundo Wanderley na vida literária de Natal era tão forte que "certos procedimentos de composição que viriam a se tornar irritantemente obrigatórios, entre os parnasianos, impunham fatalmente coincidências".

Antes de comentar o penúltimo poema de autoria do nosso maior poeta modernista, Tarcísio Gurgel preferiu antecipar a análise do poema de Palmira Wanderley. "Numa recolha como essas, não poderia faltar a comovente simplicidade do lirismo de Palmira Wanderley e ela ressalta no poema Oferendas de Aniversário que é certamente um dos melhores escritos sobre o padre João Maria".

Para o poema de Jorge Fernandes dedicado ao padre João Maria, o comentarista reservou palavras de grande sensibilidade. Encontramos aqui um "Jorge Fernandes envelhecido e amargurado, porém capaz de imagens de grande beleza em sua coloquial ironia modernista".

*Meu pobre levita não voltes ao mundo!
Se aqui tu voltares verás assombrado
A cruz mutilada por bombas aéreas
Os templos por terra ao rugir dos canhões.*

Segundo Tarcísio Gurgel tais versos têm "a marca inconfundível da ironia jorgeana, apelando ao bom senso do santo a quem definitivamente se opõe a insanidade terrena". Em seguida à leitura do texto de Tarcísio Gurgel, o coordenador da mesa, jornalista Vicente Serejo chamou o poeta Diógenes da Cunha Lima para falar de episódios marcantes na vida do padre João Maria, que costumava doar sua roupa ou a alimentação pessoal para os mais necessitados. Um tipo de homem santo que não temia tratar de doentes infectados pela varíola e se expôs tantos, passou tantas privações que acabou pagando com a própria saúde.

Logo após a palestra do presidente da Academia Norte-riograndense de Letras, foi chamado o folclorista Gutemberg Costa que fez um relato minucioso da presença do padre João Maria na cultura popular. Além dos muitos ex-votos que as pessoas costumavam apor nas proximidades do busto do santo potiguar, Gutemberg Costa também apresentou provas da existência de vários folhetos de cordel em homenagem ao padre João Maria. Logo após esta fala, o professor Coquinho situou a figura do padre João Maria em um contexto histórico em que se destacaram o padre Ibiapina, padre Cícero e Antonio Conselheiro.

A palestra de Vicente Serejo foi concisa, mas de muita informação sobre três textos fundamentais da literatura potiguar sobre o padre João Maria: Henrique Castriciano, Eloy de Sousa e Câmara Cascudo. Para encerrar, o biógrafo de padre João Maria, Manoel do Rego apresentou resultados de sua pesquisa. No final da tarde, o jornalista Miranda Sá falou sobre o padre João Maria e sua militância histórica na imprensa potiguar.



Devotos rezam e fazem promessa diante do busto do Pe. João Maria

O nome da praça, hoje, representa uma homenagem a ele, o santo ainda não canonizado oficialmente. Antes disso, porém, lá pelo século 19, o terreno situado por trás da Igreja-matriz de Natal era conhecido como Praça da Matriz. Por ali, desfilavam as procissões e os cortejos fúnebres que iam para o Alecrim. Mas, além destas cenas tristes ou de caráter religioso, a praça era também local onde artistas amadores improvisavam teatrinhos para representarem suas peças. Grupos de políticos e intelectuais também ali se reuniam, no que era chamado "Cantão da Gameleira", para prosearem alegremente.

Daí que a praça passou também a ser "um ponto de animação da cidade" - como informou Jeanne Fonseca Leite Nesi em seu livro "Caminhos de Natal" (2002) - e o seu nome mudou para Praça da Alegria. Para o que contribuiu também a saúde ambiental: abundância de árvores e

cantos de pássaros.

Pela Resolução municipal no 105, de 11 de Julho de 1906, a praça passou a ser chamada Praça Padre João Maria. Pedro Soares de Araújo Filho, funcionário do Tesouro do Estado, era um devoto do padre João Maria. Teve então a idéia de mandar construir na praça um monumento homenageando o sacerdote falecido. Juntou dinheiro e fez campanha. Vítima da gripe ou influenza, faleceu a 14 de Maio de 1918.

Mas o governo do Estado e o clero completaram a obra: a 07 de agosto de 1919, era inaugurado o busto, sobre pedestal de granito, em meio à gameleira e os pés de "ficus-benjamins" que davam grande sombra em toda a extensão da praça, atraindo pessoas a se sentarem nos bancos de madeira que existiam. Com a presença do busto, os fiéis transformaram o local em foco de credence popular, acendendo velas e depositando ex-votos em pagamento de promessas.

A praça do santo: velas e promessas

Além de fitas coloridas, palmas bentas e retratos de pessoas beneficiadas com os milagres conseguidos por intercessão do padre.

Alguns prédios importantes, seja pela sua arquitetura, seja pela marcação histórica, situaram-se na Praça Padre João Maria. Residências, como o sobrado de Aureliano Medeiros, ainda hoje de pé. O prédio do Instituto de Música, no

local onde atualmente é o Banco do Nordeste. O prédio da Loja Maçônica 21 de Março, que é atualmente o Edifício 21 de Março, que, segundo a já mencionada escritora Jeanne Fonseca Leite Nesi, "era um prédio de relevante valor arquitetônico, ostentando traços e características neoclássicas". O prédio da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Um local com muitas histórias

A Praça Padre João Maria, ao longo do tempo, deu origem a registros históricos e lembranças de fatos curiosos nela ocorridos, que são lembrados ou na própria tradição popular, ou em livros e pela imprensa escrita. Dentre muitos outros, mencionam aqui os seguintes.

Quando a praça era totalmente arborizada com "ficus-benjamins" (teve uma administração municipal que mandou derrubar estas árvores, embora recentemente tenham sido replantadas algumas, que começam a dar sombra às barracas da feira de artesanato que hoje existe na praça), o oxigênio protegia as pessoas. Então, foliões de alguns grupos carnavalescos, para dormirem um pouco após o almoço, antes de chegar à hora das batalhas de confetes e dos desfiles, armavam redes nos galhos das árvores e gozavam de uma boa sesta, sem nenhuma preocupação com roubos, ainda não existentes ali.

A 07 de setembro de 1908, foi inaugurado o serviço de bondes (puxados a burro) em Natal. Os meninos gostavam de passear neles. Não pagavam. Queriam passear. Mas logo se aborreciam. Aproximando-se o fim da linha, que era a Praça Padre João Maria, desciam, dizendo: "não quero mais não..." Mas corriam de imediato para a praça, onde começavam a imitar Tarzan, pulando de galho em galho nas árvores. Os adolescentes estudantes "se revezavam junto ao busto do Santo Padre, desmanchando-se em promessas em vésperas de prova escolar", segundo

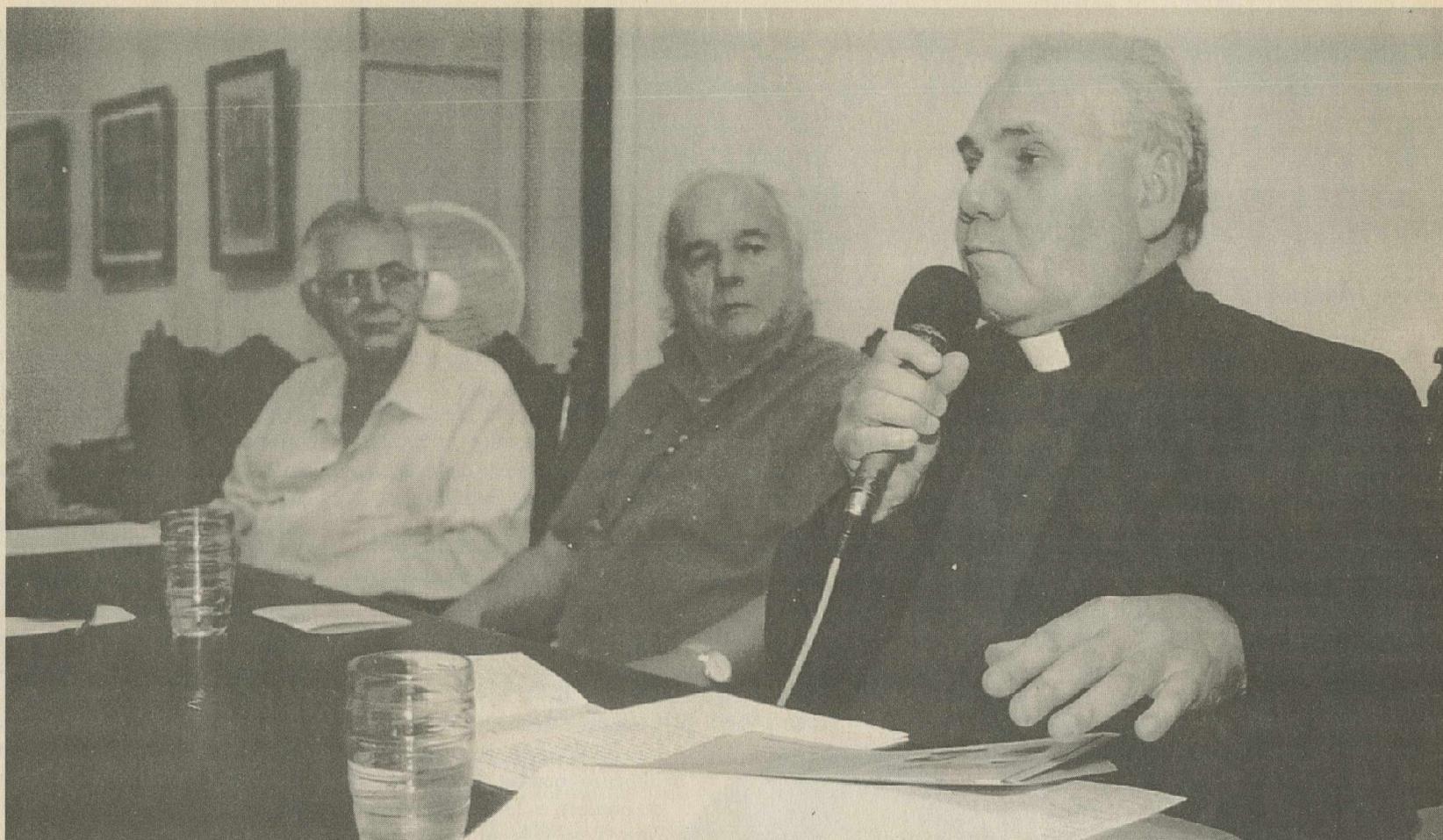
conta Procópio Júnior em artigo no jornal "O Potiguar".

Em dias da Semana Santa, jornalistas se debruçavam das janelas do prédio nº 58, onde ficava a redação do "Correio do Povo", para verem a saída dos "irmãos dos Passos", todos trajados com suas opas roxas, desfilando para comparecerem à "Procissão do Encontro", num clima de unção religiosa. Mas a noite na praça trazia para ali personagens irreverentes. A altas horas, com o frio da madrugada, atores que haviam saído de uma jornada de ensaios no Teatro Alberto Maranhão, chegavam ao busto do padre João Maria e não resistiam: desviavam para o próprio acervo ex-votos artísticos.

À Praça Padre João Maria, além do próprio nome do santo sacerdote, estão ligados nomes de outras figuras que tiveram algo a ver com sua história. Por exemplo: Joaquim Guilherme de Souza Caldas, que era o proprietário da casa onde os políticos do Cantão da Gameleira organizavam seu núcleo. Hostílio Dantas, escultor, autor do busto do Padre João Maria. Miguel Micussi, autor do pedestal de granito (pedras vindas de Lajes) onde este busto foi colocado. Professora Joana Bessa, responsável pela confecção de um gradil de ferro que circundava o referido busto.

E ainda: Joaquim Ferreira Chaves, governador do Rio Grande do Norte, que em 1915 mandou começar os serviços de calçamento da praça. Waldemar de Almeida, pianista e maestro, fundador do Instituto de Música do RN, cuja sede foi construída na praça, onde hoje é o prédio do Banco do Nordeste. (AF)

Os caminhos da beatificação



Monsenhor Francisco de Assis Pereira, postulador da causa do Padre João Maria, na mesa redonda coordenada por Miranda Sá

O menino de vida simples, que enfrentou a varíola e a seca, entregando-se por inteiro à causa humanitária, poder ser elevado à glória dos altares de Deus. O processo de beatificação do Padre João Maria, também conhecido como o "Santo de Natal", foi aberto em 2002 e, de lá para cá, está sendo feita uma pesquisa histórica, com recolhimento de documentos, escritos e tudo que possa dar uma visão nítida da vida do candidato a beato.

Antes da abertura do processo de beatificação é necessária a escolha do postulador, que é uma espécie de coordenador das ações que serão realizadas. Monsenhor Francisco de Assis Pereira, postulador da causa do Padre João Maria, também conduziu a Causa dos Mártires Cunhaú e Uruaçu e, mais recentemente, abriu o processo de beatificação do Padre Monte. Também é necessário enviar um pedido de autorização a Roma para iniciar o processo de beatificação, que já foi concedida para a causa do Padre João Maria no dia 16 de maio de 2005.

O processo é dividido em duas fases. A primeira, intitulada Fase Diocesana, ocorre na cidade onde o candidato exerceu seu sacerdócio e faleceu. Nesta fase ocorre a reunião de documentos, escritos e depoimentos que concedam respaldo à beatificação do candidato. "Para auxiliá-lo, o postulador nomeia uma Comissão Histórica, composta por três ou quatro historiadores do Rio Grande do Norte, que tenham conhecimento sobre o Padre João Maria", informou Monsenhor Assis.

A conclusão da Fase Diocesana se dá com a constituição, pelo arcebispo metropolitano Dom Matias Patrício, de um Tribunal Diocesano, com a função de ouvir as testemunhas que deverão relatar tudo que sabem sobre o candidato a beato. Como já faz 100 anos que o padre faleceu, não existem testemunhas oculares - que tenham convivido com ele - vivas e, sendo assim, serão ouvidas aquelas pessoas que tiveram contato com essas testemunhas.

Então, com os dados históricos coletados e a reunião dos depoimentos, o processo será concluído em Natal e enviado para Roma, onde terá início a Fase Romana. Nessa fase também há a nomeação de um postulador, que pode ser o da primeira fase. Em Roma, as informações passarão pelo crivo da Congregação da Causa dos Santos, em três níveis. Primeiro, os consultores históricos analisarão se há fundamento histórico. Em seguida, os consultores teológicos vão estudar as provas de santidade e, por último, com a comprovação de que João Maria é realmente santo, os bispos e cardeais tomam as decisões finais e, finalmente, o processo vai para a mesa do Papa, que dá a última palavra.

Milagres: a prova final

Superando essas fases o processo ainda não estará concluído. A verdade histórica ficará corroborada pela autoridade pontifícia, mas ainda restará a constatação de um milagre,

obtido pela interseção do Padre João Maria. No caso dele, há notícias de muitas graças obtidas por sua invocação. O monumento da praça Padre João Maria, no centro da cidade, e o seu mausoléu, recebem quase diariamente oferendas por curas e graças alcançadas.

Será necessário fazer uma triagem para ver se existe um fato que possa ser considerado um verdadeiro milagre. O caso será analisado pelo Tribunal Diocesano, através de um processo que ouvirá a pessoa miraculada, os médicos, enfermeiros e outras testemunhas, além da solicitação de diagnósticos e atestados médicos, para saber se a cura de tal pessoa não teve explicação médica.

Monsenhor Assis afirma que ainda não existe uma preocupação com a comprovação de um milagre. "Ainda estamos na primeira fase do processo. Estamos reunindo documentos e escritos. Quando concluirmos essa fase e enviarmos o processo para Roma é que nos debruçaremos para examinar todas essas comunicações de milagre", afirmou o postulador.

Aprovado o milagre, tudo estará pronto para a beatificação. A solenidade de beatificação pode ser realizada em Roma, presidida pelo Cardeal Prefeito da Congregação da Causa dos Santos, ou na Diocese onde faleceu o servo de Deus - em Natal - presidida pelo arcebispo metropolitano. Após tudo isso, o padre receberá o título de Beato ou Bem-Aventurado e poderá receber culto público na Igreja. (C.X)

Governador Alberto Maranhão

Um banho e civilização de progresso em Natal

Carlos Morais

-V. vai ao baile de Palácio?
 - Ainda não tivemos convite, mas se tivermos, talvez vá.
 - Convite têm, com certeza. Eles mandam convite para todo mundo, porque querem encher. Papai recebeu o dele sábado.

O diálogo é do romance *Gizinha*, publicado pelo governador norte-rio-grandense Antônio de Souza (1907-1908 e 1920-1923). Usando sua arte ficcional, o romancista enfoca duas jovens da sociedade natalense, Adalgiza, a *Gizinha*, personagem-título do livro, "senhora de suas ventas", e sua amiga Nair, conhecida por suas "mãos de fada" na arte da confecção de bordados. Elas, jogando conversa fora e se assanhando nos comentários, falando sobre o mais badalado baile da Natal do início do Século XX, que "ia ser um estouro", conforme se comentava nos cafés paroquianos. O chamado "baile de Palácio", envolvido num clima de belle époque, tinha seu palco de danças no aristocrático e famoso salão róseo do Palácio Potengi, uma criação do jovem governador Alberto Maranhão (1900-1904 e 1908-1913), de apenas 26 anos de idade, entontecido pelo fascínio do poder e saboreando sua lua-de-mel de mecenato lítero-festivo.

O até hoje mais jovem governador do Rio Grande do Norte, do período republicano, cumpriu um governo sem méritos (não construiu sequer uma escola), naquele primeiro mandato, castrado pela onipresença centralizadora e mandonista de seu irmão, Pedro Velho.

Em contrapartida, recuperou-se, assombrosamente, ao agigantar-se, na segunda administração - comandando o primeiro sextênio governamental na República Velha. E nem mesmo a poderosa sombra do irmão-gigante desaparecido, conseguiu fazer com que se transformasse num fenômeno incomparável, na sua condição técnico-administrativa, empreendendo uma ação governamental revolucionária. Promoveu uma revolução técnico-administrativa progressista em Natal, civilizando a cidade e enquadrando-a nos trilhos do progresso.

"Foi um governador de idéias práticas e felizes", resumiu seu contemporâneo e amigo, o senador Eloy de Souza, depois adversário, quando a oligarquia Maranhão trincou e bipartiu-se - Ferreira Chaves, chefiando uma fatia do espólio oligárquico de Pedro Velho, enquanto Alberto Maranhão e Tavares de Lira, comandavam o outro quinhão, em oposição ao primeiro rebento e agora responsável pelo desmanche da oligarquia.

"Pela quantidade e pela qualidade das obras rea-

lizadas na Capital, podemos afirmar, sem exagero, que Alberto Maranhão colocou Natal no Século XX. Antes de 1908, esta cidade não passava de um burgo, semelhante, em quase tudo, às pequenas cidades do interior", reconheceu o sociólogo Itamar de Souza, em sua avaliação historiográfica sobre o período republicano de 1889-1930.

"Ele foi um estadista, um cidadão do mundo, um engenheiro de boas causas", vibra até hoje Enélio Petrovich, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), o principal incentivador da idéia do traslado das cinzas de Alberto Maranhão, morto em 1944, aos 72 anos, em

Parati (RJ), sendo enterrado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, finalmente trazidas para Natal, a 4 de outubro de 2005 e depositadas no Teatro Alberto Maranhão, construído na sua primeira administração governamental.

Banho de civilização e progresso - O romancista-governador, Antônio de Souza, dedicou dois dos quinze capítulos de "*Gizinha*" aos bailes de palácio, uma inovação social-entretentimentista que desassossejava Natal: "No dia marcado para a grande festa toda a cidade amanheceu em alvoroço..."

"Desde cedo as barbearias se encheram, mas o serviço todo estava na mão dos "oficiais", porque os patrões andavam pelas casas particulares, aparando o cabelo das senhoras e raspando pescoço das melindrosas mais adiantadas..."

Os salões do palácio ornamentavam-se em profusão luxuosa, e até nas horas do expediente toda a casa estava cheia do ruído alegre dos operários, comandados pelo mordomo, encerando soalhos, pregando sanefas, substituindo cortinas e reposteiros, mudando móveis, instalando fios para duplicar a iluminação, já habitualmente deslumbrante, polindo lustrando, embelezando tudo - a fim de poder exprimir, ao menos aproximadamente, a alegria do coração dos promotores".

O governador Alberto Maranhão, por conta da criação da Lei n.º 145, de 6 de agosto de 1900, autorizada pelo Congresso Legislativo e incentivada pelo poeta Henrique Castriciano, premiando com a publicação de obra de ciências ou de interesse literário, produzidas pelos nossos autores ou por naturais de outros Estados, aqui residentes, passou a ser chamado de "Mecenas potiguar". Certamente, levando-se em conta a indigên-

cia cultural de Natal, em 1900, com apenas 15,37% dos seus 13.725 habitantes em condições de ler e escrever. Uma calamitosa penúria analfabética que, sem dúvida, contribuía para a implantação da "oligarquia mansa", assim chamada pelo seu patriarca, o senador Pedro Velho.

O certo é que Alberto Maranhão promoveu um verdadeiro banho de civilização no Estado, principalmente em Natal, com a adoção de novos costumes e novos hábitos repassados aos natalenses, caso de sua melomania - incentivando a criação de uma Escola de Música, funcionando no grupo escolar Augusto Severo, pautando-a para a disseminação do ensino de música, estética, história, literatura musical e belas artes, responsáveis pelo florescimento de um refinamento artístico-educacional na cidade. Foi o maior animador do desenvolvimento musical e manteve ainda uma orquestra no Teatro Carlos Gomes e um famoso quinteto de cordas que, segundo Eloy de Souza, chegou a ser considerado "o mais completo do Brasil."

Noutro trecho de "*Gizinha*", uma evidência dessa renovação: "Na sala da orquestra, ao lado do salão principal, um professor afinava o piano, com uma insistência de azucrinar as duas praças vizinhas e a rua da Conceição... Na cabeça de carregadores, estantes da orquestra, caixas de violoncelos e contrabaixos..."

Alberto Maranhão conseguiu, verdadeiramente, oxigenar ainda a vida educacional do Estado, desempoeirando os antigos e surrados projetos na área, restabelecendo, de início, a Diretoria Geral da Instrução, órgão responsável pela coordenação e detonamento do sistema educacional em projeção. Ou seja: criar um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios estaduais, conforme o decreto n.º 178, de 29 de abril de 1908, logo no início de sua segunda governança. Para instrumentalizar essa dinâmica didático-funcional da instrução pública, baixou o decreto n.º 139, de 15 de dezembro de 1910, implantando o Código de Ensino, recheado de inovações e idéias - atualizadas e contextualizadas em modernidade, num período ainda anêmico de realizações palpáveis na área educacional. O governador Alberto Maranhão, para interiorizar e disseminar seu programa de implantação de uma rede educacional primária, pela maior parte dos 37 municípios do Rio Grande do Norte, construiu 23 grupos escolares, envolvendo os presidentes das Intendências Municipais. Em 1912, 2.500 alunos estavam matriculados nestas 23 escolas primárias instaladas pelo interior. Em Natal, fundou o Frei Miguelinho, no bairro do Alecrim, o segundo grupo escolar, por ordem cronológica, da capital, além da implantação da Escola Normal, destinada a formar professores de ambos os sexos - para atender à demanda de docentes do sistema educacional.



Alberto Maranhão

O fantasma de Pedro Velho no vendaval da oligarquia

A personalidade, onipresente e arrebatadora de Pedro Velho, atemorizava não apenas seus adversários, sufocava até mesmo seus fraternos aliados. Daí o questionamento para um tema ainda virgem na capenga historiografia do Rio Grande do Norte: Alberto Maranhão teria realizado o seu surpreendente - e monumental -, ainda hoje, governo no sextênio 1908-1913, caso Pedro Velho não tivesse morrido, em dezembro de 1907. O assunto é complexo porque Pedro Velho, na verdade, pairou como uma sombra poderosa, na pirâmide política do Estado, mesmo embalsamado, como que azeitando sua grande criação político-administrativa, a oligarquia Maranhão, criada em 1890 e que sobreviveria durante 28 anos, até 1918, mesmo com sua morte física.

Pedro Velho, durante a transição da Monarquia Imperial para a República Velha, arquitetou, montou e implantou a sua oligarquia, usando a redação do jornal A República, fundado por ele e que funcionaria como uma espécie de oráculo, templo do qual o oligarca-mor patrocinava a sagração política de seus principais apóstolos: o pernambucano Ferreira Chaves (1896-1900), quase um membro da família pela lealdade; e dois macaibenses: Alberto Maranhão (1900-1904 e 1908-1913), o segundo irmão (o primeiro era Augusto Severo) e Tavares de Lira (1904-1906), genro e dileto amigo. Ungiu-os à condição privilegiada de primeiros mandatários do Estado, além de indicar os principais cargos e postos-chave da administração federal, estadual e municipal, brindando-as aos seus parentes, correligionários, amigos de fé e irmãos camaradas. Do seu escritório administrativo-fisiológico, o oligarca-mor podia tudo:

"Ali, pode-se dizer, que o senador PV é verdadeiro" Sultão; ali superintendendo todos os negócios - desde a nomeação de inspetor de quarteirão até a mais alta gestão das coisas públicas", registrava o Diário do Natal, de Elias Souto.

Pedro Velho não gostava nem admitia ser contrariado. Ferreira Chaves, livre da vigilância do "chefe", desabafaria depois: "Pedro Velho acom-

panhava tudo!" Alberto Maranhão, liberto da onipresença do irmão, confessaria, aliviado e consciente da primeira administração sufocante: "Fui caixeiro de Pedro Velho".

Mas nenhum deles jamais contestaria a eterna dívida da sagração ao cargo executivo mais cobiçado no Estado. Alberto Maranhão, principalmente, Alberto Maranhão. Pedro Velho, empossado governador em 28 de fevereiro de 1892, deu-se ao luxo de guardar, durante 11 meses, o cargo de secretário de sua administração, tempo suficiente para que Alberto Maranhão terminasse seu curso de Direito, no Recife, juntamente com o genro Tavares de Lira, que seria o futuro substituto do governador Alberto Maranhão.

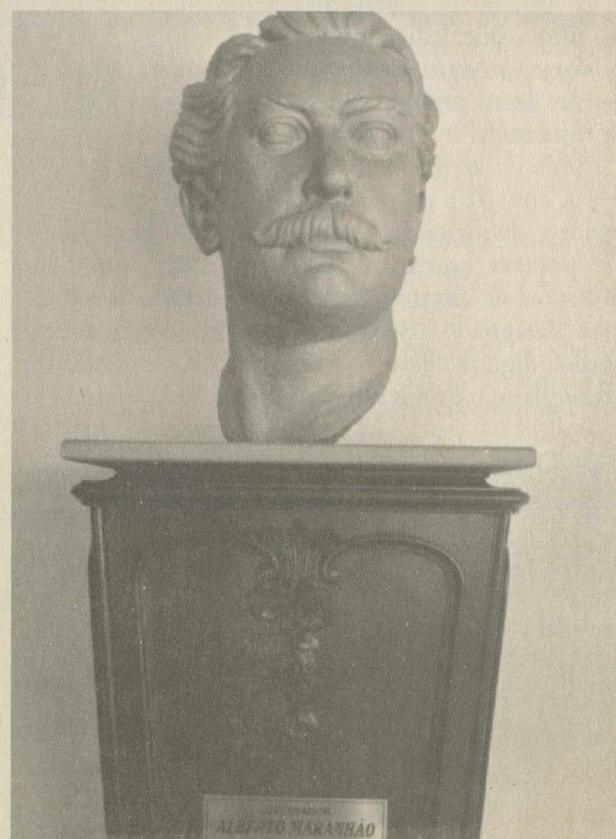
Nas eleições de 4 de novembro de 1906, depois das administrações de Alberto Maranhão e Tavares de Lira, que Pedro Velho convenceria a ser o secretário do presidente Afonso Pena, quando começou a encompridar os tentáculos da oligarquia extra-Rio Grande do Norte, Pedro Velho daria outro golpe de mestre (no primeiro, através do governador Ferreira Chaves, instalou uma Constituinte, que baixou a idade para alguém ser eleito governador do Estado, que era de, no mínimo, 35 anos, para 25 anos. Manobra que sacramentou a oligarquia, elegendo o irmão Alberto, com 26 anos e 9 meses de idade, seguido do genro Tavares de Lira, com pouco mais de 32 anos). Fez o governador Antônio de Souza, outro pupilo levado ao poder, esticar o segundo mandato, já previsto para Alberto Maranhão, com duração de seis anos.

Foi sua última manobra política para manter a oligarquia e m cima dos trilhos. Sua despedida política aconteceu em Natal, no seu 51.º aniversário, a 27 de novembro de 1907, numa homenagem prestada pelos presidentes de todas as 37 Intendências Municipais de que se compunha o Estado. Morreria pouco depois, em 7 de dezembro, mas deixando sua alquimia política em funcionalidade plena. E se não tivesse morrido? (CM).

Foto: Cedida



Alberto Maranhão: o novo chefe da oligarquia



Em 2005, Alberto Maranhão recebeu nova homenagem

O último mecenas, segundo Câmara Cascudo

Reprodução

O macaibense Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, que dá nome à importante casa de teatro em Natal, além de também ser patrono de rua e de escolas em Natal e no interior (em Nova Cruz), foi governador do Rio Grande do Norte por duas vezes: de 25 de Março de 1900 a 25 de março de 1904, e de 25 de março de 1908 a 31 de dezembro de 1913.

Embora alguns historiadores considerem medíocre o seu primeiro período de governo (por exemplo: em seu livro "A República Velha no Rio Grande do Norte - 1889-1930", Itamar de Souza chega a dizer a respeito o seguinte: "Passou quatro anos empregando parentes e dando festas no Palácio Potengi"), a verdade é que o jovem governador (começou a governar com apenas 26 anos e alguns meses de vida) deixou pelo menos duas obras marcantes já em sua primeira gestão: o término e a inauguração do teatro que hoje tem o seu nome e a sanção da primeira lei de incentivo à publicação de livros no RN.

A "Lei Alberto Maranhão" é curtiinha; por ela se tem uma idéia da preocupação do governador com a ajuda aos escritores ainda no final do século 19. Sancionada em 6 de agosto de 1900, ela autoriza o governador a premiar livros de ciência e literatura. Diz o seguinte o artigo único: "É o governador autorizado a premiar livros de ciência e literatura produzidos por filhos domiciliários do Rio Grande do Norte, ou naturais de outros Estados, quando neste tenham fixa e definitiva a sua residência".

Ainda de acordo com a lei, este prêmio deverá consistir na publicação, à custa do Tesouro, daqueles dos referidos livros que, mediante parecer escrito de uma comissão composta do diretor da Instrução Pública e dois homens de letras designados pelo governador, forem considerados dignos desse favor oficial. "A exigência de naturalidade e domicílio será dispensada quando o



Alberto Maranhão: autor da primeira lei de incentivo à cultura

livro verse sobre assunto que diretamente entenda com a história e o progressivo desenvolvimento do Estado".

A lei, que dizem ter sido uma sugestão de Henrique Castriciano, foi publicada no jornal "A República", em seu nº 172 (do ano XII), numa quarta-feira, 22 de agosto de 1900. E foi servindo-

se da tipografia do jornal "A República", de que já fora Chefe de Redação, que Alberto Maranhão começou a dar exemplo mandando publicar livros.

Começou mesmo em 1900, publicando o belíssimo livro de poesias de Auta de Souza, "Horto", com prefácio de Olavo Bilac, e incluído na coleção Biblioteca do Grêmio Polimático. No mesmo ano publicou em livro uma conferência pronunciada a 05 de agosto, no Palácio do Governo, por Francisco de Sales Meira e Sá, sobre Augusto Teixeira de Freitas.

Em 1901, publicou mais um livro de poesia: "Verbenas", de Ana Lima, com prefácio de Pedro Avelino, incluído na coleção Biblioteca do Congresso Literário. Em 1902, sairia um livro do antecessor de Alberto Maranhão no segundo período de governo deste, Antônio de Souza. Título da obra: "Questão de limites com o Estado do Ceará - Apontamentos e Documentos - 1ª Série".

Em seu segundo período de governo, também pela tipografia de "A República", Alberto Maranhão mandou publicar algumas obras importantes. Como por exemplo, em 1909, a profética conferência de Manoel Dantas intitulada "Natal D'Aqui a Cinquenta Anos".

Esta conferência-conto foi pronunciada no salão de honra do Palácio do Governo, a 21 de março de 1909. Outra conferência pronunciada no Palácio do Governo e que o governador mandou publicar pela tipografia de "A República" foi "O Amor", pronunciada por Honório Carrilho, a 01 de agosto de 1909.

Muitos outros livros importantes na época foram publicados devido à ação incentivadora de Alberto Maranhão: em 1910, uma reunião das "Poesias" de Segundo Wanderley, o nosso poeta condoreiro. Em 1913, um livro administrativo: "Da Organização do Ensino Normal, Profissional e Primário", de Nestor dos Santos Lima.

Lei modificada e regulamentada

A lei pioneira de Alberto Maranhão sofreu modificações, pela Lei nº 595, de 05 de dezembro de 1924, assinada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros. E a 30 de maio de 1959, pelo Decreto nº 3295, o governador Dinarte de Medeiros Mariz, co-assinando com o

secretário de Educação, Grimaldi Ribeiro de Paiva, regulamentou a referida "Lei Alberto Maranhão", definindo o critério de classificação dos candidatos, "atendendo a originalidade, estilo, valor documental e brilho divulgativo da obra."

Alberto Maranhão foi este líder político e cultural, mecenas da literatura que, após seu falecimento mereceu de

Câmara Cascudo uma "Acta Diurna", publicada em "A República" a 05 de fevereiro do mesmo ano, onde ele diz:

"A cidade entristeceu, de súbito. E todas as coisas, edifícios, avenidas, hospitais, educandários, luzes, bondes elétricos, rumores de festas inesquecíveis, de piqueniques maravilhosos, de jantares finos, sussurros de palestras literárias, revistas de cultura, conservatórios de música, concertos, estradas, execução de clássicos, valorização de intelectuais, sedução da frase sutil,

do gesto airoso, as valsas de Viena, os vinhos aristocráticos, as 'toiletts' finas, os espetáculos de gala, as regatas, os jornais, as leituras, Beethoven e Goethe, Bilac e Eça de Queiroz, surgiram na voz silenciosa para dizer: - morreu quem nos criou o Iniciador, a velocidade primeira, aquele que acreditou em Natal, o vencedor do século, plantador da civilização na melancolia colonial da cidade, semeador de alegrias, alma do bom gosto, derradeiro príncipe do Renascimento, o último Mecenas..." (AF)

Um teatro centenário



Teatro Alberto Maranhão, que já foi chamado de Theatro Carlos Gomes: justa homenagem a quem foi o seu maior patrono

Carlos de Souza

A construção do Theatro Carlos Gomes, essa jóia rara do teatro brasileiro que é conhecido agora como Teatro Alberto Maranhão, começou em 1898. A história desse precioso patrimônio arquitetônico e cultural do povo potiguar está contada no luxuoso livro 100 anos de Arte e Cultura - Theatro Carlos Gomes - Teatro Alberto Maranhão, do pesquisador potiguar Cláudio Galvão. É uma bonita edição da Fundação José Augusto que resgata a história fabulosa de um sonho que nasceu da necessidade de Natal ter uma casa de espetáculos digna de seu povo.

A partir de uma campanha desencadeada pelo jornal "A República", o então governador Ferreira Chaves começou a cogitar na construção de um teatro, logo que fossem concluídas as obras do Batalhão de Segurança. "Em abril, iniciava-se a construção. O local: um extenso terreno que, durante o período chuvoso, tornava-se alagado e insalubre, denominado Praça da República". Era provavelmente o dia 14 de abril de 1898.

Com a chegada ao poder do governador Alberto Maranhão, a construção do teatro ganhou um novo alento. Logo em sua primeira mensagem, ele previa a conclusão das obras para o ano seguinte. O major da Guarda Nacional Teodósio Paiva era o responsável pela construção. Em janeiro foi contratado o arquiteto Herculano Ramos para os trabalhos de interior do teatro. Em setembro de 1903, o governador visitou o canteiro de obras e viu, entre chafarizes e objetos de arte, a estátua do artista francês Mathurin Moreau.

Neste mesmo mês, chegava à cidade o maestro italiano Luigi Maria Smido. Vinha do Pará. A orquestra do Theatro Carlos Gomes fez sua primeira apresentação no Palácio do Governo (que agora já era na atual Praça Sete de Setembro, onde hoje funciona o Palácio da Cultura), seguida pela banda de música do Batalhão de Segurança.

A inauguração do Theatro Carlos Gomes, em 24 de março de 1904 (o teatro levou quatro anos para ser

concluído), contou com a presença de muitas autoridades. Neste mesmo dia o governador Alberto Maranhão transmitiu o governo para Augusto Tavares de Lira e Juvenal Lamartine. "Como curiosidade, destaque-se que os jornais não fizeram referência à presença do ex-governador Joaquim Ferreira Chaves, iniciador da obra...".

Foi uma festa inesquecível. Apresentação da orquestra abrindo com o Hino Nacional; abertura da ópera O Guarani, de Carlos Gomes e outros clássicos como a Marcha Húngara, de Berlioz; Henrique Castriciano apresentou uma cena dramática com um grupo de crianças; o ator Deolindo Lima recitou o monólogo Rogério Brito, de Artur Azevedo e a noite só terminou com a platéia extasiada depois da apresentação de uma ária do Barbeiro de Sevilha.

A primeira peça de um autor norte-riograndense encenada por uma companhia visitante, foi Amor e Ciúme, de Segundo Wanderley, em 1906. Era a Companhia Dramática Cardozo da Motta. O primeiro sucesso local foi a peça Natal em Camisa, de Segundo Wanderley. A primeira peça escrita e encenada no Theatro Carlos Gomes foi No Reino das Musas, de Stella Wanderley, filha de Segundo Wanderley, em 1920. Suas montagens sempre alcançaram grande sucesso junto ao público natalense. "Stella Wanderley foi a autora potiguar que mais encenou no TAM". Vale notar que este período histórico da vida potiguar foi fortemente influenciado pela presença de Segundo Wanderley.

Note-se a distância entre as datas e a ausência de artistas amadores em encenações no novo teatro. Cláudio Galvão explica que "a grandiosidade das instalações do Theatro Carlos Gomes, em comparação com o ambiente humilde dos antigos teatrinhos improvisados, parece haver inibido, a princípio, as companhias amadoras locais. Assim durante o seu primeiro ano de existência, nada apresentaram.

Restauração e um novo nome

Cláudio Galvão narra com cuidado as marcas que o tempo foi deixando no edifício do velho teatro. "Seis anos após sua inauguração, o Teatro Carlos Gomes reclamava consertos e modificações; em vista do exame que se procedeu, tornou-se necessária a reconstrução geral do edifício, de que seriam aproveitadas apenas as paredes laterais e o material restante das demolições". O governador era novamente Alberto Maranhão e os recursos para as obras foram imediatamente disponibilizados.

O resultado é que o natalense dos dias de hoje não sabe como era o teatro original. Em 1912 o novo teatro estava pronto. Comparando as fotos de 1904 com as de 1913, é com espanto que se percebe a diferença total de uma fachada para outra. No entanto, o bom observador há de admitir que foi uma mudança para melhor. "Para a reinauguração de suas atividades o seu Diretor, Joaquim Scipião, dirigiu-se ao Recife, no objetivo de contratar a Gran Cia. De Zarzuela, Ópera y Opereta Pablo Lopez.

Retornando, confirmou a presença na cidade daquela Companhia e seus cantores. Natal haveria, pela primeira vez, de ver e ouvir uma ópera completa". No dia 19 de julho de 1912 o teatro foi reinaugurado com um grande espetáculo de música lírica. Nessa época era comum um repertório recheado de trechos e óperas famosas como Cavalleria Rusticana, de Pietro Mascagni; La Bohème, de Puccini; La Traviata, de Verdi e A Viúva Alegre, de Lehár.

O tempo passou e, infelizmente a história do Teatro Alberto Maranhão cabe nessas poucas linhas. É preciso buscar uma leitura mais alentadora no livro de Cláudio Galvão. O fato é que teve muita música no palco deste teatro e, quando a moda mudou, teve também algum cinema (o Cinematographo foi inaugurado lá), teve banquetes com Presidentes da República; foram realizados bailes; transformado em ringue de lutas; em sala de aula da Universidade Popular; festivais. E passou por início de incêndio, inundações e alagamentos. Em 1957, em homenagem a seu maior incentivador, mudou o nome para Teatro Alberto Maranhão. De lá para cá tem passado por algumas reformas, pequenas mas necessárias e continua sendo nosso maior e mais belo teatro.

ESCOLA DOMÉSTICA: EXEMPLO DE PIONEIRISMO

Carla Xavier

Certa vez, Anízio Teixeira - considerado um dos maiores educadores do Brasil - comparou o ensino da Escola Doméstica ao de países com tradição escolar como a Inglaterra. O sociólogo Gilberto Freire chegou a dizer que a ED ensinou o Nordeste a como se alimentar. Câmara Cascudo, Humberto de Campos e Jorge Amado, entre outros intelectuais de peso, também exaltaram o papel da ED. Em 25 de outubro deste ano, o sociólogo suíço Paul Ammann, que aqui estava realizando um trabalho de desenvolvimento social para os municípios do Oeste do Rio Grande do Norte, declarou que "se todos os estados brasileiros tivessem uma escola como a Doméstica, o Brasil não seria subdesenvolvido".

Pois bem: essa instituição de ensino quase centenária foi idealizada no segundo governo de Alberto Maranhão. Coube ao seu secretário de Estado, Henrique Castriciano de Souza, viajar a Europa, especialmente Suíça e Bélgica, para se inspirar num modelo de escola especializada na educação da mulher. Isso tudo numa época em que havia pouco, muito pouco espaço para a mulher na sociedade brasileira.

Inaugurada em 1º de setembro de 1914, já no governo de Ferreira Chaves, a Escola Doméstica tornou-se, portanto, a primeira instituição de ensino do Brasil voltada exclusivamente para a formação e educação feminina. No primeiro Livro de Atas da escola está estampada a assinatura do governador Alberto Maranhão, em cuja gestão, afinal, foi instituída a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, entidade mantenedora e responsável pelos trabalhos de fundação da ED.

O pioneirismo da ED sobressaía-se a partir do corpo docente. Professoras francesas, inglesas, norte-americanas, suíças, entre outras origens, introduziam na escola um ensino inovador. Em 1919, época em que a figura do psicólogo era desconhecida no país, a ED já tinha uma disciplina com essa matéria. Técnicas de conservar alimentos foi outro campo, até então desconhecido, abordado nas aulas. Foi introduzida a cadeira de horticultura, quando sequer havia o hábito de se comer verdura naquela época. As alunas aprendiam, além de plantar e colher, tudo sobre o poder nutritivo dos vegetais. Álgebra, física, anatomia, técnica de empalhar bichos - áreas de conhecimento igualmente inexploradas - também faziam parte do currículo escolar.



Escola fundada no governo Alberto Maranhão pelo secretário Henrique Castriciano

Henrique Castriciano tinha em Nízia Floresta um exemplo de educadora a ser perseguido e, por isso, ela o influenciou na criação da escola. Da fundação até os dias atuais, a ED tem como filosofia de ensino a formação completa da mulher, não apenas particularizando as necessidades domésticas, mas colocando a mulher dentro do contexto da sociedade, de modo que ela possa visualizar maneiras de melhorar o ambiente familiar e contribuir para o engrandecimento da sociedade e da família. Até hoje referência de ensino em todo país, a escola abriga alunas vindas de outros estados e municípios do Rio Grande do Norte.

Personalidades da vida pública e social do Rio Grande do Norte passaram pela ED. É o caso da deputada federal Sandra Rosado, da primeira-dama de Natal, Andréia Ramalho, da empresária Teresa Tinoco, da jornalista Marília Tinoco. A jornalista e assessora de comunicação Graciema Carneiro é ex-aluna da Escola Doméstica. Ela afirma que deve à instituição a sua base educacional. "As aulas práticas que tive foram fundamentais para a minha profissão, nas atividades de relações públicas e cerimonial, além dos conhecimentos para o lar", afirma.

O ROSTO DA ED

Desde março de 1945, portanto há 60 anos, que uma única pessoa responde pela administração da Escola Doméstica: dona Noilde Ramalho. "Minha escola: minha vida e minhas alegrias, eu agradeço a ti por ter-me dado a oportunidade de aqui viver", resume a diretora ao falar da ED. Faz questão de frisar que a instituição não tem fins lucrativos, primando sobretudo pela qualidade. "Não trabalhamos pelo dinheiro no final do mês. Nosso empenho é em educar e formar cidadãos prontos para a vida, desde a infância. O ensino e a formação pessoal devem caminhar juntas", explica.

Noilde Ramalho tem orgulho em dizer que a estrutura de ensino de sua escola é avançada, mesmo depois de 91 anos. "Nossa filosofia não está superada, muito pelo contrário. Estamos sempre atualizados, em sintonia com as mudanças e reformas. Nem por isso deixamos o passado de lado. Afinal, quem não tem passado, não tem vida", afirma.

A ED oferece educação infantil, onde as turmas são mistas com a opção de tempo integral; ensino fundamental I (da 1ª a 4ª série), também com turmas mistas; ensino fundamental II (da 5ª a 8ª série), com turmas femininas, e ensino médio, também com turmas femininas. Atualmente, a instituição possui cerca de 800 alunos. A escola possui alunas de diferentes camadas sociais. Prioriza inclusive a inclusão de alunos portadores de deficiência.

Desde a fundação, um dos destaques e diferenciais da Escola Doméstica são as aulas práticas. Razão de ser da ED, a formação doméstica tem sido aplicada de maneira mais significativa, fazendo parte do currículo da 5ª à 8ª séries. Nas aulas de educação alimentar, as alunas não aprendem apenas a cozinhar, mas também o valor nutritivo do alimento. Já na disciplina fundamentos de puericultura, as alunas aprendem a cuidar de crianças.

Reprodução

O bom filho à casa torna

Paulo Jorge Dumaresq

O lugar não podia ser mais acolhedor. Finalmente, após 61 anos, os restos mortais do ex-governador Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1872-1944) foram depositados em solo potiguar, mais precisamente no jardim do Teatro Alberto Maranhão, inaugurado em sua primeira gestão como chefe do executivo estadual. Antes do reencontro definitivo com sua terra, o político encontrava-se sepultado em Parati, no Rio de Janeiro, Estado que o acolheu durante a aposentadoria. O traslado das cinzas do 'mecenas da cultura' para o solo norte-rio-grandense se deu no último dia 4 de outubro.

Como pedia a ocasião, a recepção foi digna de um estadista. Após o desembarque no aeroporto Augusto Severo, em Parnamirim, o cortejo com os restos mortais do ex-governador e de sua esposa Inês Albuquerque Maranhão seguiu em carro aberto para o Teatro Alberto Maranhão, onde a governadora Wilma de Faria e outras personalidades políticas receberam com honras quatro netos vindos do Rio de Janeiro e membros da família que permaneceram no Estado.

A justa homenagem a um dos governantes mais queridos e prolíferos do RN mobilizou grupos populares e companhias teatrais no pátio externo do TAM. As secretarias de Educação do Estado e do Município também se envolveram no acontecimento.

"O evento coroa os cem anos de inauguração do Teatro Alberto Maranhão", observa a diretora da casa, Hilneth Correia. Ela informa que haverá um concurso de redação entre os alunos do ensino fundamental sobre a vida de Alberto Maranhão, adiantando que o primeiro passo para o vencedor do concurso será uma bolsa integral para cursar Letras na UnP.

A idéia da transposição partiu do presidente do Instituto Histórico e Geográfico do RN, Enélio Petrovich, que sugeriu ao então governador Garibaldi Alves Filho a construção de um mausoléu para sepultar definitivamente Alberto Maranhão. Como a proposta gerava uma demanda considerável de recursos públicos - construção e manutenção do monumento - o plano foi adiado.

"Quando Enélio veio conversar comigo sobre a proposta, durante o centenário do Teatro Alberto Maranhão, decidimos que aqui seria um bom local para selar esse reencontro entre o político e sua



Restos mortais do ex-governador foram depositados no jardim do teatro que ele inaugurou

terra", esclarece Hilneth Correia.

Conforme a diretora, a sugestão segue o exemplo de teatros no Maranhão e no Rio Grande do Sul. Nestes dois Estados, há patronos sepultados nas principais casas de espetáculos. A mobilização acabou influenciando pedidos na Paraíba, para trazer Augusto dos Anjos, e em Macaíba, que quer receber os restos mortais de Augusto Severo, irmão de Alberto Maranhão.

Na visão do presidente do IHG/RN, Enélio Petrovich, Alberto Maranhão foi um "estadista, autêntico cidadão do mundo e exemplo de uma existência gloriosa". Enfatiza que o ex-governador

era voltado para o humanismo, a responsabilidade, o respeito mútuo e unânime e um arquiteto das boas causas em favor da comunidade.

Enélio lembra ainda que Alberto Maranhão foi o fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, inaugurando a academia em 29 de março de 1902. Também incentivou as iniciativas culturais por meio da Lei nº 145, de 6 de agosto de 1900. "Uma luz de inteligência que se irradiou em nossas almas pela valorização do conhecimento humano", assevera. E conclui: "eu dei o impulso inicial para que Alberto Maranhão fosse sepultado definitivamente em solo potiguar".

Ações desafiam o tempo

As ações do ex-governador Alberto Maranhão podem ser sentidas ainda nos dias de hoje. Político engajado, sensível às manifestações culturais, e responsável por feitos importantes para o RN, ele criou a bandeira oficial do Estado, o Instituto

Histórico e Geográfico, a Orquestra Sinfônica e autorizou a conclusão do Teatro Carlos Gomes.

Afora isso, foi responsável pela construção do Hospital Onofre Lopes, pela doação de terrenos para a construção de escolas e pelo batismo dos bairros de Petrópolis, Tirol e Alecrim. Alberto Maranhão também implantou a luz elétrica em Natal e, posteriormente, os bondes elétricos.

Nascido em Macaíba, filho de Amaro Barreto, um comerciante próspero e senhor de engenho, e de dona Feliciano Pedroza, Alberto era irmão do também ex-governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, do pianista e professor do Instituto Nacional de Música no RJ, Amaro Barreto Filho, e do aviador, abolicionista, orador e líder político, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão. (PJD)



Suplemento

Nós, do RN...

Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte Ano I - Nº 12- Novembro de 2005



O APÓSTOLO E O MECENAS

